

Lula vai reunir ministros para evitar novas divergências

FREIO DE ARRUMAÇÃO

Divergências públicas na equipe se sucedem e Lula convoca reunião para unificar discurso



RICARDO STUCKERT

Retorno. Lula despachou ontem pela primeira vez em seu gabinete no terceiro andar do Planalto; em reunião amanhã ele deve pedir para que seus auxiliares só falem em nome do Executivo quando autorizados

PAULA FERREIRA
E SÉRGIO ROXO
publica@globo.com.br
#ASIA

ATRITOS EXPLÍCITOS NO NOVO GOVERNO

Em menos de uma semana, ministros e aliados de Lula vêm divergindo em público

Antes mesmo de o governo completar uma semana, nomes importantes da nova administração já protagonizam uma sucessão de divergências públicas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou uma reunião ministerial para amanhã, ocasião em que deverá fazer um freio de arrumação e determinar que seus auxiliares só falem em nome do Executivo quando autorizados.

O ruído mais recente se deu ontem entre os titulares da Casa Civil, Rui Costa (PT), e da Previdência, Carlos Lupi (PDT) sobre eventual revisão das regras para aposentadoria (leia mais detalhes na página 13). Na articulação política, os líderes do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), já se atritaram sobre como garantir os votos de partidos que integram o Ministério. Os titulares da Justiça, Flávio Dino, e da Defesa, José Múcio, por sua vez, já deram declarações contraditórias sobre como lidar com atos antide-

<p>PREVIDÊNCIA</p>  <p>Carlos Lupi, MINISTRO DA PREVIDÊNCIA</p> <p>"Nós precisamos discutir com profundidade o que foi essa antirreforma da Previdência, discutir com números e com profundidade"</p>	<p>PRESSÃO SOBRE UNIÃO BRASIL</p>  <p>Randolfe Rodrigues, LÍDER DO GOVERNO NO CONGRESSO</p> <p>"Esperamos que no mínimo 60% (da bancada do União) na Câmara e no Senado votem com o governo. Isso não se configurando, aí tem que ter uma DR"</p>	<p>ACAMPAMENTOS GOLPISTAS</p>  <p>Flávio Dino, MINISTRO DA JUSTIÇA</p> <p>"A democracia, para se proteger, não pode varrer para baixo do tapete aqueles que querem destruí-la. Então não é uma decisão política, é uma obrigação (punir quem promoveu os atos antidemocráticos)"</p>	<p>ISENÇÃO DE COMBUSTÍVEIS</p>  <p>Fernando Haddad, MINISTRO DA FAZENDA</p> <p>O principal ministro da área econômica havia defendido que a isenção de impostos sobre combustíveis não fosse renovada, mas perdeu a disputa no governo</p>
<p>Rui Costa, MINISTRO DA CASA CIVIL</p> <p>"Não tem nenhuma reforma da Previdência sendo desenhada. Os ministros podem ter opiniões pessoais sobre vários temas. Mas uma medida só passa a ser do governo quando legitimada pelo presidente"</p>	<p>José Guimarães, LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA</p> <p>"Precisamos articular muito e falar menos para construir a governabilidade. Nem do PT eu vou dizer quantos votos tem. Quem cuida da Câmara é o José Guimarães"</p>	<p>José Múcio, MINISTRO DA DEFESA</p> <p>"Tenho parentes e amigos (nos acampamentos bolsonaristas que contestavam o resultado eleitoral). É uma manifestação da democracia. Nem todos os adversários são inimigos"</p>	<p>Ala política</p> <p>"Defendo que tenha uma prorrogação até a gente entrar para ver como está a política de preços da Petrobras. O problema não é a questão do tributo, é a política de preços da Petrobras", disse a presidente do PT</p>

mocráticos, enquanto Fernando Haddad (Fazenda) foi na contramão do próprio Lula quanto à prorrogação da isenção de impostos sobre combustíveis. Com a função de coordenador dos demais ministros e um dos principais auxiliares de Lula, Rui Costa confirmou que o chefe atuará para dirimir divergências na equipe. — O presidente vai fazer uma reunião ministerial na

sexta e ressaltar essas questões. Os ministros podem ter opiniões pessoais sobre vários temas. Mas uma opinião, um projeto, uma medida só passa a ser do governo quando legitimada pelo presidente da República — declarou, buscando minimizar as divergências entre integrantes do primeiro escalão. — (Não há) Crise nenhuma. É normal. Ministros tomando posse, todo mundo cheio de energia,

cheio de amor para dar, o entusiasmo toma conta. Episódios de descompasso, no entanto, extrapolaram os limites da Esplanada dos Ministérios e envolveram também lideranças do governo no Legislativo. José Guimarães mandou um recado ao líder do governo no Congresso, que cobrou fidelidade do União Brasil, responsável pela indicação de três ministros do atual governo. Randolfe afirmou

que, com tamanho espaço na máquina federal, o partido precisa garantir pelo menos 60% de adesão de sua bancada nas votações. Guimarães não gostou e disse que é preciso "falar menos" para construir a governabilidade. Autoridades que já trabalharam com Lula relatam que ele costuma estimular a competição entre membros de suas equipes e, quando necessário, arbitrar eventu-

ais conflitos. Neste governo, diferenças na atuação dos ministros deram origem a discursos conflitantes sobre um tema sensível, os acampamentos de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Flávio Dino e José Múcio emitiram sinais opostos a respeito do tema.

ALAS POLÍTICA E ECONÔMICA

Antes mesmo do novo governo tomar posse, Dino já adotava um tom duro ao dizer que pretendia investigar atos antidemocráticos ocorridos em frente a quartéis do Exército, onde os bolsonaristas estão reunidos. Dino tentava transmitir a imagem de que não toleraria investidas criminosas, sobretudo para questionar a legitimidade da vitória eleitoral de Lula.

Já o novo ministro da Defesa, ao tomar posse, classificou os acampamentos como "manifestação democrática" e disse que tem parentes entre os acampados em Pernambuco, seu estado. Múcio foi escolhido para a Defesa com a missão de aliviar tensões e construir uma relação harmônica com os militares. Seu discurso serviu como um aceso aos integrantes da caserna, que vem sendo criticados por não se posicionarem contrariamente aos atos organizados nas portas de endereços do Exército.

Em mais um caso de desintonia, Haddad, se manifestou publicamente contra a prorrogação da isenção de impostos dos combustíveis. Dias depois, o próprio presidente da República decidiu conceder mais 60 dias de isenção para a gasolina e o etanol e mais um ano para o diesel e o GLP.

Depois da declaração de Haddad, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defendeu, em entrevista à GloboNews, a prorrogação da desoneração: — Eu, particularmente, defendo que tenha pelo menos uma prorrogação até a gente entrar para ver como está a política de preços de combustíveis da Petrobras. Porque o problema não é a questão do tributo, é a política de preços da Petrobras, é a dolarização que aconteceu.

Rui Costa desautoriza Lupi sobre Previdência



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política e Economia **Página:** 4 e 13